

CADERNOS DE INCLUSÃO

7

A Inclusão de Indígenas nas Universidades Brasileiras pelo Sistema de Cotas – entrevista com José Jorge de Carvalho

José Jorge de Carvalho

CADERNOS DE INCLUSÃO

Publicação do Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia de Inclusão no
Ensino Superior e na Pesquisa
INCTI/UnB/CNPq
Volume 4. No. 7, outubro. 2015.

Editorial

Coordenação Geral: José Jorge de Carvalho

Coordenação Editorial: Letícia C.R. Vianna

Assistência Executiva – (edição virtual): Samita Ilê M. Campos de Souza

Editor: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa. INCTI/UnB/CNPq

Universidade de Brasília - Instituto Central de Ciências – ICC Sul, lado A,
Sala BSS 135/138. Campus Universitário Darcy Ribeiro. Brasília DF. CEP.
70.919-970

ISSN 2965-6311

José Jorge de Carvalho

CADERNOS DE INCLUSÃO 7

Volume 4. No. 7, outubro. 2015

A Inclusão de Indígenas nas Universidades Brasileiras pelo Sistema de Cotas – entrevista com José Jorge de Carvalho

Brasília

2015

A Inclusão de Indígenas nas Universidades Brasileiras pelo Sistema de Cotas – entrevista¹ com o professor José Jorge de Carvalho².

1) Após oito anos de governo Lula e entrando no segundo ano de governo Dilma, qual é o contexto social e político em que se insere a política indígena?

Apesar de avanços na situação de políticas direcionadas a outros grupos minoritários e segmentos da população, o balanço geral da política relacionada com os povos indígenas não foi completamente favorável, conforme escrevi em um artigo de 2004. Naquela época ficou evidente que o número de assassinatos de lideranças indígenas no governo Lula já havia superado o do governo Fernando Henrique Cardoso. A situação levou ao extremo de um indígena não conseguir entrar no próprio prédio da FUNAI em Brasília, que está militarizada. Isto expressa a tensão entre a representação indígena e o Estado. É possível reconhecer, no entanto, algumas conquistas de territórios indígenas, como a Raposa Serra do Sol em Roraima. Mesmo assim, nos deparamos com situações de extrema violência, como o caso do assassinato recente entre os Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, que não teve uma difusão rápida via mídia nem intervenção oportuna por parte do Estado. O governo ainda se identifica com grupos de pressão hostis aos povos tradicionais, como a base do agronegócio.

2) Em que cenário social e político foram construídas as políticas de inclusão?

As políticas de inclusão no ensino superior partiram de duas experiências: a primeira da Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT – sede de Barra do Bugres - MT) em 2001 como fato pioneiro de ensino intercultural. Esta experiência foi possível graças à articulação de associações indígenas com a universidade, contando com o apoio de ONGs internacionais para garantia de financiamento. Isto significa que houve uma demanda do

movimento social pós-constituição que inicialmente priorizou a formação de professores para a educação básica. A UNEMAT antecipou o sistema de cotas.

¹Republicação da entrevista publicada em *Tempus - Actas de Saúde Coletiva*. Volume 6. n.1, págs 17-22, 2012. ISSN: 1982-8829

² Docente Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília, Coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino e na Pesquisa (INCTI) vinculado ao Instituto Nacional de C&T e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ.

A segunda experiência correspondeu à UnB cujo trabalho de inclusão começou em 1999, orientada às cotas para estudantes afrodescendentes. Ainda nesse ano, no mês de dezembro, houve um primeiro debate público que foi noticiado no *Correio Brasileiro*. Nesse debate, duas lideranças indígenas participaram porque ficaram sabendo do tema e imediatamente colocaram como demanda dos povos indígenas a melhora do acesso à educação superior de estudantes indígenas. Desde então, houve uma unificação dos movimentos de cotas para afrodescendentes e de vagas para indígenas. Esta diferença (cotas vs. vagas) se fundamenta na diferença numérica. Na redação do projeto de vagas para os indígenas a exequibilidade foi facilitada pela existência de um convênio prévio com a FUNAI. Mesmo assim se esperou 40 anos para que se abrisse espaço na universidade para a educação indígena! Bastou reativar o convênio e em uma semana de trabalho em conjunto com quatro lideranças indígenas e a decana de Extensão na época, foi consolidado o processo. A FUNAI selecionaria e a universidade ofertaria as vagas. Não houve resistência da Reitoria. Paradoxalmente houve resistência de etnólogos que já trabalhavam com indígenas dentro da FUNAI; o que expressa a origem colonialista da antropologia. Contudo, é preciso lembrar que as demandas de educação vieram dos próprios indígenas. E é justamente no espaço universitário onde a exclusão étnica e epistêmica não podem existir.

Esta situação revela que a mera presença dos estudantes indígenas na universidade perturba a consolidação dessa episteme dominante. Na sequência, outras universidades foram aderindo às iniciativas de inclusão. Outros movimentos interculturais entraram com iniciativas de abertura de vagas. Em 2002, no estado do Paraná, uma lei estadual estabeleceu

a cota para indígenas, sendo determinado seis vagas em cada sede das universidades estaduais do Paraná (Londrina, Ponta Grossa, Maringá...).

3) Do ponto de vista acadêmico, quais foram as motivações para proposições de políticas de ação afirmativa no contexto das universidades brasileiras?

No nível internacional, a Conferência de Durban de 2001 foi um grande estímulo porque ela põe em perspectiva as demandas dos afrodescendentes das Américas, i.e., as iniciativas de justiça e reparação decorrentes da escravidão. Outras iniciativas foram levantadas, como a questão palestina; e foram bloqueadas por alguns países, entre eles EUA, Israel, Canadá, Austrália e outros países. Sem dúvida a Plataforma de Durban teve influência sobre as reivindicações de povos tradicionais.

No nível nacional, essa reunião motivou um pedido do presidente Fernando Henrique Cardoso ao IPEA (Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas Aplicadas), pesquisas que mostrassem dados mais objetivos da exclusão, que evidenciou a desigualdade racial no ensino superior. Acho que os indígenas aproveitaram a discussão da exclusão de afrodescendentes. Em relação a essa dívida com os povos Indígenas, houve resistências e omissões nas universidades federais dos estados onde há maiores populações Indígenas, como no Mato Grosso e Amazonas. É onde se esperaria uma ação mais direcionada e só agora que estão começando a trazer para a universidade o sistema de cotas.

4) Considerando que uma das áreas mais procuradas pelos estudantes indígenas é a saúde, que reflexões o Sr. traz uma vez que nesta área há uma clara hegemonia da biomedicina clínica ocidental?

Na atualidade, o aumento da procura já é sinal de um avanço da luta. No começo do processo, a primeira demanda era a busca de empoderamento comunitário no sentido de se ter professores para chegar ao ensino médio. No caso da UnB, é curioso que tenha havido algo como um “descentramento” muito particular, em uma região onde não tem tanta presença de indígenas que coloca outros problemas práticos de deslocamento, adaptação, além do consequente desenraizamento familiar e comunitário. Deveria ser responsabilidade das próprias universidades das regiões com maior concentração de povos indígenas. Com o

tempo, o leque de opções disponíveis no espaço universitário terminou sendo bem maior do que tenha sido antecipado em qualquer planejamento estratégico, ou seja, toda a episteme ocidental está presente nele. Por isso, da demanda inicial por formação de professores houve uma caminhada para outros objetivos que acabaram envolvendo as ciências da saúde, comunicação, ciências sociais, engenharia florestal, artes, entre outros.

Na área da saúde, a medicina ocidental é incomensurável com outras tradições (medicinas indiana, chinesa, dos povos africanos, Indonésia e até dos indígenas americanos). Ela se descolou da noção da saúde ficando restrita aos seus aspectos biológicos. A integração se dá em outras epistemes da saúde que têm em comum o holismo. Para chegar a uma integração seria necessária uma metanoia ou conversão radical (no sentido expresso em *The great delusion*). Isto porque a ciência hegemônica se comporta de modo fundamentalista. Tal conversão precisaria de um diálogo de saberes e isso não acontece; entrar nas disciplinas da saúde é parar o diálogo de saberes. Acompanhando o pensamento de Enrique Dussel, podemos dizer que na concepção de saúde, todo o discurso pós-colonial eurocentrista implica no encobrimento do outro. Em outras áreas tal etnocentrismo foi matizado no sentido da efetivação de uma maior universalização.

Porém, no caso da saúde, a visão permanece xenofóbica e profundamente etnocêntrica. É necessário assinalar que Hahnemann já tinha balançado essa estrutura fragmentadora na própria Europa. Por isso, seria necessário um protocolo para desenvolver um diálogo entre as concepções de saúde no sentido de um projeto intercultural. Al diálogo deve envolver discussões sobre noções de substância, causalidade, temporalidade, entre outros. É claro que isto exigiria uma maior abertura dos docentes porque estamos falando de um projeto de descolonização da área da saúde. Outras áreas estariam enfrentando problemas diversos (música, psicologia, etc...). Nesse diálogo, vários poderes e saberes têm que ser explicitados para algum dia poder somá-los e não competir um com o outro. A medicina clínica ocidental é constitutivamente incompleta visto que os aparelhos não identificam as partes invisíveis. Neste diálogo seriam revelados poderes diferentes, saberes diferentes, outras interpretações, outros estados do ser.

Nesse processo, cada um tem que admitir suas mútuas carências. É, portanto, um grande desafio. Quem tem esses outros poderes e saberes analisa os fatos –outros estados do ser-- de modo diferente. Nessa outra lógica, por exemplo, não faz sentido separar um instituto de psicologia de um de saúde. Para os estudantes indígenas, não há dificuldade em admitir sua insuficiência; porém, os professores, por outro lado, vão ter que admitir que seu saber é limitado. Também seria contestada a falsa noção do laicismo ou mesmo neutralidade da ciência. Não se trata de dogmatismo. É muito mais de experiência do que dogma. A medicina clínica ocidental está questionada. O potencial que esta partilha proporcionaria é que vários pontos de entrada e de solução seriam viabilizados, constituindo um protocolo de crise civilizatória que envolveria pontos de atrito permanentes, como a desmercantilização do saber médico e a desmedicalização da saúde, lembrando os ensinamentos de Ivan Illich.

No fundo, é um momento propício porque a atual crise do capitalismo não está desconectada da crise epistêmica da biomedicina ocidental. A perspectiva indígena contribui ao mesmo tempo ao questionamento e à solução. Seria muito bom que pudéssemos dizer: feliz a faculdade de saúde que tem os estudantes indígenas que veem com uma outra visão capaz de questionar! Visto como um ganho, no sentido da Hipótese Gaia i.e., como uma contribuição a favor da auto sustentabilidade do planeta. Isto transformaria uma dificuldade em uma oportunidade de avanço trazendo à tona a coexistência de todas as espécies.

5) Como é o estado atual da política brasileira de cotas para estudantes indígenas no contexto latino-americano?

Na América Latina há 69 instituições das 122 públicas que oferecem algum programa de inclusão para estudantes indígenas, sendo mais que os existentes para afrodescendentes. Contudo, trata-se de universidades de corte ocidental. São as instituições onde se forma o poder do Estado. Nessas, o quadro brasileiro está melhor. Nós somos vanguarda para as ações de inclusão de alunos indígenas. Em outras universidades têm cotas, como na Universidade Nacional da Colômbia, onde apenas 2% destina-se a populações refugiadas da violência (*deplazados*), afrodescendentes, indígenas e pobres.

Poucas universidades são interculturais. No Equador tem a Universidade Amay Taiuasy (três cursos incluindo Arquitetura tradicional, Pedagogia) com ensino bilíngue em quéchua, cujo

reitor esteve em um Encontro de Saberes em 2010 na UnB. No entanto, não chega a 1.000 estudantes.

Na Bolívia, sob a presidência de Evo Morales, foram instituídas três universidades envolvendo o ensino direcionado para os três grandes grupos étnico-lingüísticos predominantes no país: quéchua, aymara e guarany. O reitor da universidade quéchua visitou a UnB recentemente na semana de Extensão. Há dificuldade em fugir do modelo eurocêntrico colonizado do conhecimento. É claro que há movimentos de descolonização.

A Ford Foundation mediante o projeto Pathways financia iniciativas similares (ou mesmo interculturais) na Universidade da Fronteira em Temuco (Chile), San Antônio Abad em Cuzco (Peru) e Costa Rica. Foi de onde surgiu o modelo da UNEMAT com apoio de ONGs internacionais. É importante assinalar que a UnB trabalha somente com recursos públicos. No Brasil, o aumento foi dramático e há mais projetos de inclusão de indígenas do que de afrodescendentes.

6) Como é o estado atual da política brasileira de cotas para estudantes indígenas nas IFES? Quais são as perspectivas atuais e futuras, seus retrocessos e avanços?

A política de ingresso é uma questão diferente da permanência do indígena. O processo de inclusão passou por um incremento dramático sem precedentes, como foi dito, em pouco tempo (uma década).

O grande desafio é a permanência do estudante e a falta de encontro de saberes. Neste último aspecto, há um grande retrocesso. Os indígenas têm que virar tabula rasa assumindo uma derrota epistêmica, pior que a exclusão porque implica no assassinato do outro saber. Na realidade isto configura um dilema para o estudante que pode ver essa experiência como um fracasso epistêmico. Há derrota dos dois lados porque perdem os dois: poderia ser a alternativa epistêmica para nossa crise civilizatória.

- Quais são as possíveis alianças estratégicas na universidade e para além do espaço universitário?

Isto é um problema por causa do número baixo de estudantes indígenas. Os negros conseguem mais fáceis alianças com setores da sociedade mais ampla. No caso indígena, a diferença cultural é maior e o contingente menor. Tais alianças também dependem da integração de colegas ao processo.

7) Qual é a importância da interculturalidade no ambiente universitário brasileiro?

Vejo uma grande relevância na extensão universitária. É necessário mostrar o xamanismo, as práticas curativas integradoras e alternativas, outras formas de conceituar o bem-viver... Há na sociedade um anelo por sair desse modelo biomédico. É necessária uma visão com bondade, ser capaz de formular soluções partindo da constatação de que a instituição é problemática. A crise civilizatória está encarnada no mundo acadêmico que faz parte dessa máquina; ou seja, a instituição está doente. É necessário ter imediatamente uma proposta e não ser apenas portador de más notícias e criar o foro para essa discussão. Se há novos sujeitos, deve haver novas metas a serem incluídas, inclusive na Pós-Graduação. Há de enxergar o negativo e atravessá-lo com uma visão propositiva, reconhecer sua existência e propor a transformação, sem iludir nem ficar na queixa.

- Para o Sr. as nossas universidades têm espaço para contemplar a interculturalidade?

Esse espaço tem que ser criado. Acho que a conjuntura é favorável para criar esse espaço. O projeto de Encontro de Saberes do MINC foi possível graças a uma estratégia de aliança aproveitando a escuta intercultural. Há que aproveitar para abrir espaço para a interculturalidade. Houve mudança na política pública que faz parte da pauta de inovação do REUNI, apesar de reproduzir muito do tradicional. Tem pauta, mas não tem proposta de inovação. A falta de interculturalidade é crônica nas estruturas, na dimensão da gestão administrativa e acadêmica das universidades. É um mundo muito conservador e tecnicista, colonizado pela tecnologia. O reconhecimento do notório saber de sujeitos detentores de saberes tradicionais transmitidos oralmente é um outro caminho à interculturalidade. O Ministério do Desenvolvimento Social, por exemplo, lançou recentemente um livro sobre alimento como direito sagrado. Foi feita uma consulta a 5.000 terreiros em que entram várias linhas afro-brasileiras e indígenas com concepções diferentes da alimentação, uma outra conjuntura bem aproveitada.

- Que mensagem o Sr. daria para a nossa comunidade acerca da inclusão de jovens indígenas?

Eu diria que é um privilégio ter outros estudantes com outros horizontes de vida, concepções de ser, cosmovisão ampliada. É uma oportunidade para trocar. As cotas para indígenas abriram espaço para ampliar o nosso próprio universo de vida, afetivo, de valores, de horizontes existenciais. Há ganhos mútuos sobretudo se os outros percebem em si o enriquecimento. Deve haver um reconhecimento do meu saber (o do meu povo) pelo outro. Que a universidade seja de fato universal; o lugar de encontro de saberes, válidos, úteis e reconhecidos. No mais, do ponto de vista político, para o indígena é uma oportunidade de conhecer melhor o ambiente da sociedade hegemônica; eles têm a oportunidade de ser a primeira geração que está instrumentalizada para fazer um protocolo da relação com o branco de modo mais capaz, conhecendo melhor a arena em que o confronto se dá. O nosso ambiente é um ambiente de muito poder e eles talvez não tenham a noção disso e do poder que estão adquirindo.

